



**REPÚBLICA DEMOCRÁTICA DE TIMOR-LESTE**

**GABINETE DO PRIMEIRO-MINISTRO**

**ALOCUÇÃO DE  
SUA EXCELÊNCIA O PRIMEIRO-MINISTRO E  
MINISTRO DA DEFESA E SEGURANÇA  
KAY RALA XANANA GUSMÃO  
POR OCASIÃO DA CERIMÓNIA DE ENTREGA DOS DOIS  
NAVIOS DE PATRULHA CLASSE JACO**

**11 de Junho de 2010**

**Porto de Díli**

Exmo. Senhor Presidente da República, Dr. José Ramos-Horta

Exmo. Senhor Presidente do Parlamento Nacional, Fernando “Lasama” de Araújo

Exmo. Senhor Presidente do Tribunal de Recurso, Dr. Cláudio Ximenes

Distintos Membros do Parlamento Nacional

Distintos Membros do Governo

Exmo. Senhor Chefe do Estado Maior General das Forças Armadas, Major-General Taur Matan Ruak

Exmos. Senhores Representantes do Corpo Diplomático

Distintos convidados

Oficiais, Sargentos e Praças das F-FDTL,

Hoje escreve-se mais uma página de ouro na História ainda recente da nossa Pátria. A entrega dos dois navios de patrulha da Classe Jaco, por nós comprados à República Popular da China, representa a vontade férrea dos timorenses em preservar a Soberania Nacional e os recursos da Nação, resultado do sacrifício de tantos timorenses, que deram a vida pela defesa do ideal em que sempre acreditaram.

A Independência de um Estado significa também possuir os meios necessários que permitam assegurar a integridade territorial e o normal funcionamento das Instituições e significa, naturalmente, a capacidade em defender as fontes de riqueza do seu Povo.

É neste sentido que a aquisição destes navios patrulha de protecção marítima representa um primeiro passo na defesa dos bens timorenses, já que se

destinam sobretudo à eliminação da pesca ilegal, que tem vindo a provocar prejuízos na ordem dos 36 milhões de dólares por ano no nosso País, ainda maioritariamente pobre.

Ainda muito recentemente, durante a minha visita aos Sub-Distritos do País, testemunhei, eu próprio, em Uatukarbau, a um “Barco Mãe” acompanhado de outros mais pequenos, a usufruírem livremente das nossas águas, sem autorização para tal, e a expropriarem o nosso Povo daquilo que é seu por direito.

Já em Março de 2008 tínhamos recebido a informação, devidamente documentada, que existiam uma enorme quantidade de barcos ancorados na nossa costa marítima a saquearem os nossos peixes e a destruírem irreversivelmente os nossos preciosos corais.

Foi precisamente por esta razão que, nessa altura, decidimos que o Povo de Timor-Leste não poderia continuar a ser espoliado dos seus bens essenciais, tendo o Governo tomado a corajosa decisão de investir na construção dos dois navios patrulha.

Esta decisão provocou, no entanto, algum ruído na opinião pública e, sobretudo, mereceu a crítica de alguns países, nomeadamente da Austrália, que ficou bastante surpreendida por não ter sido consultada neste processo.

Ora... não podemos ter a veleidade de nos considerarmos independentes, se entregarmos a outros a tarefa de se responsabilizarem pela defesa das nossas fronteiras terrestres e marítimas e pelo garante da segurança das nossas populações e dos seus bens.

Não podemos tão-pouco considerarmo-nos um País soberano se antes de tomarmos decisões, que são para nós fundamentais, tivermos que consultar os países vizinhos, os países amigos e parceiros!

Fui, inclusivamente, várias vezes assediado por indivíduos que indagavam a legitimidade da compra destes barcos patrulha à República Popular da China, sendo que, nessa altura, como agora, respondo o mesmo: “Este é um problema muito simples. Tão simples como fazer um negócio, negócio que beneficie Timor-Leste.”

Senhoras e Senhores,

Um País com apenas 8 anos de Independência, que é ainda frágil na defesa da sua integridade e soberania, espera definitivamente que os outros países compreendam que existe a preocupação fundamental de garantir melhores condições de vida às populações ao invés de estar a provocar instabilidades regionais.

Digo mais, tudo o que se passou recentemente em Timor-Leste foi provocado por condicionalismos externos e não internos. Portanto, o que se pede agora é que se respeite a soberania e a integridade que conquistámos através das nossas próprias forças da resistência.

Por isso mesmo, desde o início, fizemos questão de lutar pelo direito que nos assiste a possuímos as nossas próprias Forças Armadas. Apesar da contestação então movida contra essa nossa legítima aspiração, protagonizada por instituições e países doadores, que nos tentaram convencer da inutilidade desse propósito, conseguimos levar avante esse objectivo.

Nessa altura alguns argumentaram mesmo que a existência de um corpo militar poderia pôr em causa a democracia e a liberdade do Povo. Como se praticamente todos os países do mundo, incluindo as democracias mais estáveis e avançadas, não tivessem as suas Forças Armadas!

Assim, uma vez concretizado o projecto de criação da Força de Defesa de Timor-Leste, que integrou parte significativa dos quadros das FALINTIL, tornou-se necessário pensar na defesa da nossa fronteira marítima e das incalculáveis riquezas que proliferam na nossa costa.

Para as F-FDTL o futuro é o mar de Timor. Não é que o nosso mar seja maior que os dos países circundantes, antes pelo contrário, acabamos por ter uma pequena porção de água marítima que nos circunda. Mas, que nos pertence e portanto cabe-nos a nós tomar conta dela!

Oficiais, Sargentos e Praças das F-FDTL,

Enquanto Ministro da Defesa e da Segurança tudo farei para não alienar a soberania de Timor-Leste, respeitando como é óbvio toda a complexa abordagem geopolítica.

Sabemos e saberemos ser amigos dos amigos, respeitaremos também todos os seus interesses, desde que não estejam em jogo os nossos próprios interesses. A Componente Naval não tem como principal propósito ser uma marinha de guerra, a Componente Naval representa antes uma componente do novo paradigma das Forças de Defesa de Timor-Leste.

Todos sabem que o bem-estar da população provém da segurança e

estabilidade do País. A segurança e a estabilidade do País significam, também, a defesa das suas águas e das suas riquezas naturais.

Sendo assim, o reforço da Componente Naval das F-FDTL representa um objectivo estratégico que nenhum Governo, independentemente da sua cor política, pode descurar. Os meios navais que Timor-Leste tem à sua disposição são manifestamente insuficientes para o cumprimento das missões atribuídas à Instituição Militar, pelo que constitui uma obrigação patriótica e soberana do Governo dotar a Nação de navios habilitados a patrulhar toda a sua zona económica exclusiva.

Aceitámos em 2001, ainda sob a administração das Nações Unidas, duas lanchas da Classe Oe-cusse, oferecidas generosamente por Portugal, ao abrigo do programa de cooperação bilateral, que foram fundamentais para a afirmação da Componente Naval e para capacitar os nossos marinheiros, numa fase em que não dispúnhamos de recursos financeiros que nos permitissem sequer pensar em outras alternativas.

Mas agora os tempos são outros. O Estado timorense deve assumir, com recurso ao seu próprio orçamento, a obrigação de modernizar as suas Forças Armadas, equipando-as convenientemente.

Continuamos, naturalmente, a necessitar de apoios ao nível de transmissão de conhecimentos. Não podemos ter a presunção de que já sabemos tudo e não precisamos da ajuda de ninguém. Mas, temos também que ser autónomos nas opções que assumimos quanto à defesa estratégica da Pátria e à preservação dos seus recursos naturais.

Prevejo ainda, enquanto Ministro da Defesa e da Segurança, que os dois navios patrulha não podem operar eficazmente por si sós. O Governo deverá começar, também, a dotar a PNTL, o Serviço de Migração e o Corpo Nacional dos Bombeiros, de todas as capacidades para uma eficaz execução das tarefas de protecção às vidas e aos bens em alto mar.

Teremos que reforçar a capacidade da Componente Naval das F-FDTL e actuar de forma integrada, e em cooperação com as várias Instituições, se queremos garantir plenamente que a nossa costa não seja, pontualmente, alvo de actividades criminosas, como a pesca ilegal, o tráfico de drogas, o contrabando e o tráfico humano, entre outras.

Como Chefe do Governo e responsável pela pasta da Defesa, posso-vos garantir que não vou cruzar os braços e vamos continuar a dotar as Forças Armadas, e em particular a sua Componente Naval, dos meios absolutamente necessários para que possam exercer plenamente as missões que constitucionalmente lhes estão atribuídas.

Senhoras e senhores,

Não posso deixar de agradecer à República Popular da China todo o apoio que nos prestou, particularmente permitindo a formação técnica aos 36 marinheiros que compõem as duas Guarnições dos navios de patrulha, a qual foi ministrada na China, bem como a vinda para Timor-Leste de instrutores que vão continuar a ensinar os nossos militares a operarem as embarcações hoje oficialmente entregues.

Gostaria ainda de dirigir umas palavras de profundo apreço aos Ministros da

Defesa da Austrália e da Indonésia, através dos respectivos Embaixadores, por terem permitido a presença, hoje e aqui, dos seus navios para participarem nesta cerimónia.

A presença da marinha destes dois países, nesta cerimónia, augura um longo período de cooperação entre os nossos três países, dentro do espírito desejável de reforço da segurança dos nossos mares e contribuição para a Paz mundial.

Aos militares das F-FDTL, integrados na Componente Naval, exorto-vos para que dediqueis todo o vosso esforço e saber na missão patriótica que agora vos é confiada: garantir a inviolabilidade das nossas águas territoriais, a preservação das nossas riquezas marítimas e impedir a prática de actividades criminosas ao longo da nossa costa.

O que a Pátria vos exige é que cumprais a primeira das obrigações de todos quantos escolheram a carreira militar como modo de vida: a defesa destemida da soberania nacional.

Estou certo que não ireis desiludir e sereis motivo de orgulho de todos os timorenses.

Muito obrigado.

Kay Rala Xanana Gusmão

11 de Junho de 2010